



CEAL - COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 001/2014

DIREITO

Orientações:

1. Verifique os seus dados no cartão resposta.
2. O candidato deverá transcrever as respostas da prova para a Folha de Respostas, que será o único instrumento válido para a sua correção, sendo que o prejuízo advindo ao preenchimento incorreto será de inteira responsabilidade do candidato.
3. O candidato deverá conferir os seus dados pessoais impressos na Folha de Respostas, em especial seu nome, número de inscrição, número do documento de identidade e opção de cargo. Qualquer divergência deverá ser comunicada para o fiscal de sala.
4. O preenchimento da Folha de Respostas deve ser realizado com caneta esferográfica de cor preta ou azul, escrita grossa.
5. O candidato não deve amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.
6. É vedada a substituição da Folha de Respostas decorrente de erro cometido por candidato.
7. É de inteira responsabilidade do candidato o prejuízo advindo de marcação efetuada incorretamente na Folha de respostas.
8. Na correção da Folha de Respostas, será atribuída a pontuação zero à questão com mais de uma opção assinalada ou com rasura.
9. O candidato que deixar de assinar a Folha de Respostas e/ou a Lista de Presença será eliminado do Concurso Público.
10. Ao terminar a prova, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao Fiscal de Sala, a Folha de Respostas devidamente assinada. Somente poderá levar o caderno de provas o candidato que permanecer na sala por, no mínimo, duas horas após o início da Prova.
11. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização das provas por, no mínimo, uma hora após o início da Prova. A inobservância deste item acarretará a não correção da prova e, conseqüentemente, a eliminação do candidato no Processo Seletivo.

LÍNGUA PORTUGUESA

texto I (para as questões de 1 a 4)

Pesquisadores americanos afirmam que pequenas erupções do século XXI têm diminuído a temperatura da Terra.

A observação científica mostra que a própria natureza é capaz de se regenerar e se adaptar a novas realidades. O mesmo vale para o aquecimento global, de acordo com um estudo realizado pela Biblioteca Nacional Lawrence Livermore (LLNL) que mostra que a Terra tem recebido uma ajudinha de seu interior. Isso porque os grandes atores desse resfriamento seriam os vulcões, com suas esporádicas erupções.

É sabido que os gases liberados pelos vulcões resfriam a atmosfera terrestre. O dióxido de enxofre expelido nas erupções se transforma em ácido sulfúrico ao entrar em contato com o oxigênio nas camadas superiores da atmosfera. Por lá ele permanece durante meses, refletindo raios solares para fora da Terra e, assim, resfriando a superfície do planeta.

Dados obtidos por instrumentos de medição no solo, no ar e no espaço confirmaram que as recentes erupções vulcânicas foram responsáveis por diminuir a temperatura terrestre, desde 2000, em taxas que variam de 0,05 a 0,12 graus.

É dessa somatória de fontes de análise que surgem os novos dados. A partir de 2011, cientistas encontraram novas respostas na intersecção entre a estratosfera e a troposfera – as camadas mais baixas da atmosfera, que variam entre 10 e 15 km da superfície terrestre.

Esses dados eram ignorados antigamente pois os satélites que faziam os levantamentos sofriam interferência de nuvens cirros, que se formam a 10 mil metros de altitude. Assim, os estudos focavam em áreas da atmosfera superiores aos 15 km. Com a soma de dados vindos de instrumentos em diferentes locais, chegou-se a resultados mais consistentes.

Acreditava-se que esse resfriamento ocorria apenas em função de grandes erupções, com liberação de imensas quantidades de dióxido de enxofre. O novo estudo mostra que erupções em menor escala também desviaram substancialmente a direção dos raios solares.

A pesquisa liderada pelo climatologista americano Benjamin Santer complementa um estudo de novembro de 2014, publicado na revista científica *Geophysical Research Letters*. O novo trabalho aprimora os dados levantados por expandir o universo de análise.

O cientista atmosférico Mark Zelinka, coautor do estudo, afirma a importância de uma análise mais ampla. "Em as recentes mudanças climáticas, nós não podemos negligenciar a capacidade dessas pequenas erupções de refletir a luz do sol", disse o pesquisador em entrevista ao site da LLNL.

Disponível em <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2015/01/se-nao-fosem-os-vulcoes-seu-verao-estaria-ainda-mais-quenteb.html>> Acesso em 22. Jan.2015

QUESTÃO 01

Levando em conta as ideias e estruturas do texto I, assinale a alternativa **incorreta**.

- O segmento "que variam entre 10 e 15 km da superfície terrestre" (l. 16) está isolado por vírgulas porque constitui uma oração de natureza restritiva.
- Em "É sabido que" (l. 9), a construção indica que o sujeito da oração é indeterminado.
- Inferre-se das informações do texto que não se poderia dar credibilidade aos dados apresentados pelos instrumentos de medição antigos devido às interferências naturais que eles sofriam.

- Prejudica-se a correção gramatical e alteram-se as informações originais do período ao se substituir "pois" (l. 21) por qualquer um dos termos seguintes: já que, uma vez que, porque, porquanto, visto que.
- O trecho "por diminuir a temperatura terrestre" (l. 15-16), não apresenta dependência de natureza sintática com o termo anterior.

QUESTÃO 02

Levando em conta as relações semânticas e sintáticas estabelecidas entre as orações nos períodos do texto, assinale a alternativa correta.

- O primeiro período do texto compõe-se de duas orações, que não mantêm dependência sintática entre si.
- Em "Acreditava-se que esse resfriamento [...]", a supressão da preposição é fenômeno comum na construção oracional, entretanto não altera a regência do verbo nem sua significação.
- No período "O novo trabalho aprimora os dados levantados por expandir o universo de análise", o vocábulo por introduz o agente da passiva na oração.
- Há relação de coordenação e de subordinação entre as orações do período "Esses dados eram ignorados antigamente pois os satélites que faziam os levantamentos sofriam interferência por nuvens cirros, que se formam a 10 mil metros de altitude".
- Na construção "É dessa somatória de fontes de análise que surgem os novos dados", há duas orações relacionadas por subordinação.

QUESTÃO 03

Tendo em vista os aspectos morfológicos do texto, assinale a alternativa **correta**.

- O vocábulo "resfriamento" foi formado pelo processo de derivação sufixal.
- Pertencem ao mesmo campo lexical os vocábulos "coautor" e "coativo".
- O advérbio "lá" (l. 11) retoma, por coesão, as expressão "camadas superiores da atmosfera" (l. 11).
- O emprego da expressão "Se nós quisermos", no último parágrafo, consiste em um recurso coesivo para promover a aproximação entre o autor e o leitor do texto.
- O vocábulo "climatologista" é resultado de processo composição por justaposição.

QUESTÃO 04

Tendo em vista as relações sintáticas estabelecidas pelos vocábulos dentro das orações, assinale a alternativa **correta**.

- O substantivo "dados" (l. 17) é núcleo de complemento verbal.
- O vocábulo "que" (l. 1) é meramente conectivo, não exercendo qualquer função sintática.
- Em "Se nós quisermos simular com precisão", há dois pronomes pessoais, embora somente um exerça função sintática.
- O pronome "se" (l. 10) é indicador de indeterminação do sujeito.
- Na construção "chegou-se a resultados mais consistentes" o vocábulo em destaque tem função de adjunto adnominal.

Texto II (para as questões de 05 a 08)

O leitor já deve ter se deparado com a seguinte situação ao caminhar por ruas e avenidas de qualquer cidade brasileira: você precisa chegar a algum lugar, um determinado

endereço que sabe estar próximo. Procura uma placa de sinalização, muitas vezes inexistente, mas ao finalmente encontrá-la, ela aponta um caminho, mas... que caminho?

Você sabe que essa localidade está à sua esquerda, mas a placa aponta a necessidade de pegar a direita e fazer uma conversão mais à frente. Se você está a pé, que sentido faz isso? Nenhum, claro. O que acontece é que essa sinalização não “fala” com o pedestre. Ela se dirige, exclusivamente, aos seres devidamente motorizados.

Esse não é um caso isolado. Cerca de 90% de toda a sinalização existente em nossas cidades são dirigidas para motoristas, ou seja, para um público que nem ao menos representa a maioria dos deslocamentos nas cidades.

Uma recente pesquisa divulgada pelo Datafolha em São Paulo constatou que o ônibus é o principal meio de transporte diário das pessoas, com 79% das respostas. Em seguida vem o metrô, com 39%, e só em terceiro lugar aparecem os carros, com 17%, um pouco à frente dos usuários de vans, lotações e peruas, com 13%. Ainda segundo a pesquisa, 7% dos entrevistados disseram andar apenas a pé.

Uma campanha do portal Mobilize, especializada em mobilidade urbana e denominada Sinalize, quer contribuir para mudar essa realidade. Para os organizadores do movimento, o objetivo não é “encher as cidades de placas” que, obviamente, contribuiriam para uma enorme poluição visual, mas buscar melhor interação e conforto para pedestres, ciclistas e usuários de transporte público.

Aliás, outra questão apontada pelo Mobilize é exatamente a atenção que se dá aos passageiros de ônibus que, em geral, é nenhuma! Basta estar em algum ponto de ônibus e tentar descobrir quais linhas passam por ali, os respectivos itinerários e indicação de locais de interesse como hospitais, serviços públicos diversos e pontos turísticos.

Também, de modo geral, os ciclistas não são contemplados com placas específicas para esses usuários, com exceção a locais perigosos nos quais os riscos de acidentes são enormes.

Os cuidados, então, com a segurança dos deficientes visuais, como a instalação de sinais sonoros, é praticamente inexistente. Fato que prejudica demais a mobilidade e a independência, colocando em risco a própria integridade física dessas pessoas.

Várias cidades do mundo, como Londres, Nova York e Paris, já possuem uma série de sinalizações positivas que contribuem para melhorar e facilitar a vida das pessoas. São totens estrategicamente localizados, mapas e indicações de pontos de interesse que ajudam muito os pedestres a se movimentar com rapidez e segurança nessas metrópoles.

No Brasil temos um longo caminho pela frente e muitos desafios. São inúmeras as ações necessárias para tornar uma cidade mais humana, amigável e próxima dos cidadãos. E, sem dúvida, aquelas que levem à inclusão e ao respeito contribuem muito para uma vida mais feliz e equilibrada.

<http://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/sem-placas-as-cidades-nao-se-comunicam-com-os-pedestres-5343.html>.

Acesso em 22. Jan.2015 (com adaptações)

QUESTÃO 05

Acerca dos aspectos morfológicos e semânticos do texto, assinale a alternativa **correta**.

- O vocábulo “são”, devido a seu caráter polissêmico, não apresenta variação de classe gramatical nas situações em que aparece no texto.
- Em “**Esse** não é um caso isolado”, o vocábulo em destaque estabelece uma relação catafórica com o trecho ao qual se refere.
- No período “*Diante de ruas que só falam aos carros, campanha pede que autoridades pensem em sinalizações para os não motorizados*”, os vocábulos

em destaque têm função conectora, apesar de pertencerem a classes gramaticais diferentes.

- Formados por meio do processo de derivação sufixal, os vocábulos **localizados**, **sinalização** e **deslocamentos** receberam acréscimo de consoante de ligação.
- O substantivo **seres**, em “seres devidamente motorizados”, é oriundo de processo de derivação regressiva.

QUESTÃO 06

Tendo em vista as relações entre as orações que compõem os períodos do texto, assinale a alternativa que apresenta afirmação **incorreta**.

- No trecho “um determinado endereço que sabe estar próximo”, a oração em destaque apresenta função sintática própria de substantivo.
- O período “Várias cidades do mundo, como Londres, Nova York e Paris, já possuem uma série de sinalizações positivas que contribuem para melhorar e facilitar a vida das pessoas” possui quatro orações que se relacionam por meio da subordinação.
- No período “E, sem dúvida, aquelas que levem à inclusão e ao respeito contribuem muito para uma vida mais feliz e equilibrada”, a oração subordinada tem função adjetiva.
- Em “a atenção **que** se dá aos passageiros de ônibus”, o vocábulo em destaque introduz uma oração subordinada adjetiva.
- No trecho “o objetivo não é **encher as cidades de placas**”, a oração em destaque exerce função sintática de predicativo em relação à principal.

QUESTÃO 07

No período “Os cuidados, então, com a segurança dos deficientes visuais, como a instalação de sinais sonoros, é praticamente inexistente”, ocorre um desvio gramatical. Assinale a alternativa que apresenta período com ocorrência de mesma natureza.

- A maioria dos diretores concordaram com a execução do projeto.
- A bebida ou o fumo causa dependência no indivíduo; ambos são drogas pesadas.
- Um ou outro paciente procurava informações sobre o atendimento.
- Ainda tem havido dúvidas a respeito da distribuição de senhas para o cadastramento.
- É imprescindível que se garantam às pessoas mais carentes condições dignas de moradia e de saúde.

QUESTÃO 08

Acerca da classificação sintática dos termos destacados nas alternativas a seguir, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- “São inúmeras as ações necessárias para tornar uma cidade mais humana, amigável e próxima dos cidadãos.” Adjunto adnominal. C
- “Fato que prejudica demais a mobilidade e a independência”. Adjunto Adverbial
- “para um público que nem ao menos representa a maioria dos deslocamentos nas cidades”. Núcleo do sujeito.
- “Uma recente pesquisa divulgada pelo Datafolha [...]”. Objeto indireto.
- “[...] para um público que nem ao menos representa a maioria dos deslocamentos nas cidades”. Sujeito

QUESTÃO 09

Tendo em vista o uso do acento indicativo de crase, assinale a alternativa em que **não** se observa o que preceitua a norma culta da língua portuguesa.

- O Código de Trânsito Brasileiro impõe restrições à afixação de publicidade ao longo das vias públicas.
- Não se calou: levou o caso duas vezes à justiça brasileira.
- A visibilidade parece estar, muitas vezes, ligada à classe social ou à fama das partes envolvidas.
- Sempre fazia referência as suas insólitas aventuras mundo afora.
- A origem do Corpo de Bombeiros remonta a Antiguidade. Uma das primeiras organizações de combate ao fogo de que se tem notícia foi criada na antiga Roma.

Texto III (para as questões de 10 a 14)

O Sudeste passa pela pior seca dos últimos 80 anos, com mais 130 municípios de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais afetados. Um relatório recente, apoiado pela ONG WWF Brasil, apontou o desmatamento na Amazônia como uma possível causa para o fenômeno – e a conseguinte crise da água. Especialistas ouvidos pela DW, porém, dizem que os motivos vão além.

Ainda não há um estudo científico que comprove a relação direta entre desmatamento e seca. E estudiosos são céticos em fazer essa ligação, sobretudo porque a queda na precipitação em 2014 está fora da proporção na comparação com o aumento da área desmatada no último ano - em 2013 ela atingiu um total de 763 quilômetros quadrados.

Apesar de pesquisadores concordarem sobre a importância da Amazônia na regulação do clima para todo o país, a contribuição do desmatamento para a atual seca é controversa.

Devido à capacidade das árvores de absorver água do solo, a floresta amazônica possui um importante papel para a regulação do clima na América do Sul. Ela libera umidade para atmosfera, mantendo o ar em movimento e levando chuvas para o continente.

A umidade é exportada para regiões distantes pelos chamados "rios voadores" – sistemas aéreos de vapor – irrigando áreas no Sul, Sudeste, Centro-Oeste do Brasil, além de Bolívia, Paraguai e Argentina.

Esse papel já foi comprovado por diversos estudos. E foi reforçado por um relatório que reuniu artigos sobre o potencial climático da floresta divulgado no final de outubro pela Articulação Regional Amazônica (ARA), como o apoio da WWF Brasil.

O documento, porém, vai além. E aponta que o desmatamento na região pode ter um impacto significativo sobre o clima próximo e também distante da Amazônia, ao reduzir a transpiração da floresta e modificar a dinâmica de nuvens e chuvas no continente.

"Não posso colocar toda a culpa na Amazônia, mas há uma combinação de efeitos, e o desmatamento é em parte responsável. Há também uma oscilação natural e as mudanças climáticas provocadas pelos homens", afirma Claudio Maretti, líder da Iniciativa Amazônia Viva da WWF.

Maretti diz que os efeitos do aquecimento global pioram com o desmatamento na região, que aumenta as emissões de CO₂ na atmosfera.

Para Pedro Telles, coordenador de Clima e Energia do Greenpeace Brasil, a destruição da floresta é um dos fatores que contribuíram para causar a atual seca, mas não é o principal. "O principal fator da crise da água em São Paulo é a má gestão. Há anos já se sabia que o Sistema Cantareira tinha limitações e possivelmente chegaria a uma situação de crise e esgotamento. Há problemas na distribuição da água, o

desperdício nessa etapa ultrapassa 30%, além da pouca preservação da área de manancial. Mas esses fatores nunca foram tratados adequadamente", afirma Telles.

O biólogo Philip Fearnside, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), também é ponderado ao relacionar a seca ao desmatamento. Ele afirma que pode haver uma relação entre os dois, devido ao papel climático da floresta, mas evita apontá-lo como a causa principal. "Não temos dados para explicar uma queda de precipitação tão drástica somente por esse efeito. A queda na precipitação no corrente ano está muito fora da proporção em relação ao aumento da área desmatada de 2013 para 2014", completa Fearnside.

Entre a comunidade científica é quase unânime a importância da Amazônia para as chuvas no continente. No entanto, há divergências sobre sua relação com a estiagem.

"Não dá para dizer que o desmatamento da Amazônia é responsável pela estiagem no Sudeste, porque não existe nenhum estudo científico que comprove essa relação direta", afirma o meteorologista Gilvan Sampaio, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

O meteorologista da USP, Tercio Ambrizzi, é da mesma opinião. "É muito difícil associar a atual seca com o desmatamento. Ele causa impacto, mas numa variabilidade de mais longo prazo e contribui para as mudanças climáticas", reforça.

Sampaio lembra que a seca foi causada pelo predomínio de uma intensa massa de ar seco sobre o estado de São Paulo durante o verão, que bloqueou as frentes frias vindas do sul trazendo as chuvas.

Além disso, as mudanças climáticas podem estar contribuindo para a situação atual. "A seca pode ser caracterizada com um desses extremos e pode ser já uma resposta às mudanças climáticas, mas não ocorre somente por isso", completa Ambrizzi.

Com chuvas abaixo da média, o volume de água em importantes rios e represas do Sudeste, como o rio Paraíba do Sul, a nascente do São Francisco e o Sistema Cantareira, diminuiu drasticamente. O abastecimento hídrico em várias cidades está comprometido.

A estiagem também contribuiu para aumentar o número de incêndios florestais no Sudeste. Entre janeiro e novembro deste ano, os focos de incêndio aumentaram 275% no Rio de Janeiro, 150% em São Paulo e 135% em Minas Gerais, em relação ao mesmo período de 2013.

Disponível em:
<<http://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/para-especialistas-causas-da-seca-vaio-alem-do-desmatamento-na-amazonia-2901.html>> Acesso em 22 jan. 2015 (adaptado).

QUESTÃO 10

Em relação às estruturas linguísticas do texto acima, assinale a alternativa **correta**.

- No trecho "Ainda não há **um estudo científico** [...]", a substituição da forma verbal por **existir** incorreria em alteração na classificação sintática da expressão destacada.
- Empregam-se vírgulas isolando o vocábulo "porém" (l. 5) para separar duas orações de mesma função sintática.
- O emprego da partícula "se" em "Há anos já se sabia que o Sistema Cantareira tinha limitações" indica que o sujeito da oração é indeterminado.
- É facultativa a supressão da vírgula empregada logo depois de "recente" (l. 3).
- No período "Apesar de pesquisadores concordarem sobre a importância da Amazônia", preserva-se a correção gramatical ao se substituir "de" por **dos**.

QUESTÃO 11

Tendo em vista as ideias e estruturas linguísticas apresentadas no texto, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Depreende-se do texto que os especialistas não se sentem seguros para apontar o desmatamento na Amazônia como principal causador do aquecimento global.
- b) Os constantes traços de coloquialidade no texto contrastam com as informações de cunho técnico que ele apresenta.
- c) Apesar da objetividade das informações apresentadas no texto, não há elementos que possam caracterizá-lo como texto de divulgação científica.
- d) A forma verbal destacada no trecho “Sampaio lembra que a seca foi causada [...]”, não tem relação sinonímica com **recordar**.
- e) O período “Apesar de pesquisadores concordarem sobre a importância da Amazônia na regulação do clima para todo o país, a contribuição do desmatamento para a atual seca é controversa” poderia ser reescrito, sem sofrer alteração semântica, da seguinte maneira: *Pesquisadores concordam sobre a importância da Amazônia na regulação do clima para todo o país, entretanto a contribuição do desmatamento para a atual seca é controversa.*

QUESTÃO 12

Nas alternativas a seguir, foram transcritos trechos que apresentam o mesmo tipo de sujeito. Assinale a alternativa que apresenta sujeito com classificação diferente dos demais.

- a) “Sampaio lembra que a seca foi causada pelo domínio de uma intensa massa de ar seco sobre o estado de São Paulo durante o verão, que bloqueou as frentes frias vindas do Sul”.
- b) “[...] pode haver uma relação entre os dois, devido ao papel climático da floresta”.
- c) “Entre a comunidade científica é quase unânime a importância da Amazônia para as chuvas no continente”.
- d) “[...] já se sabia que o Sistema Cantareira tinha limitações”.
- e) “[...] não existe nenhum estudo científico[...]”.

QUESTÃO 13

Tendo em vista a sintaxe de concordância nominal e verbal, assinale a alternativa correta.

- a) No trecho “a destruição da floresta é um dos fatores que contribuíram para causar a atual seca”, a flexão do verbo **contribuir** no singular não contraria a norma culta.
- b) No trecho “pode haver uma relação entre os dois”, a substituição da expressão **uma relação** por **problemas** obrigaria a flexão do verbo auxiliar no plural.
- c) Em “No entanto, há divergências sobre sua relação com a estiagem”, caso se substituísse o verbo **haver** por **existir**, seria obrigatória a flexão deste no plural.
- d) No trecho “o Sistema Cantareira tinha limitações e possivelmente chegaria a uma situação de crise e esgotamento”, a flexão do verbo **chegar** no plural não acarretaria alteração semântica.
- e) A supressão da vírgula logo após **Cantareira**, em “Com chuvas abaixo da média, o volume de água em importantes rios e represas do Sudeste, como o rio Paraíba do Sul, a nascente do São Francisco

e o Sistema Cantareira, diminuiu drasticamente” não obrigaria a flexão do verbo diminuir no plural, mesmo com as alterações de sentido que tal procedimento promoveria.

QUESTÃO 14

Assinale a alternativa cujo elemento destacado apresenta a **mesma** função sintática desempenhada pelo segmento grifado em: “No entanto, há divergências sobre sua relação com a estiagem”.

- a) O desmatamento é [...] responsável.
- b) Ele causa impacto, mas numa variabilidade de mais longo prazo e contribui para as mudanças climáticas.
- c) Entre a comunidade científica é quase unânime a importância da Amazônia para as chuvas no continente.
- d) É muito difícil associar a atual seca com o desmatamento.
- e) Não existe nenhum estudo científico que comprove essa relação direta

QUESTÃO 15

Dado o período “A destruição da floresta é um dos fatores que **contribuíram** para causar a atual seca [...]”, assinale a alternativa que apresenta reescritura com construção **incorreta** quanto à regência verbal.

- a) A destruição da floresta é um dos fatores a que mais se referiu nas discussões.
- b) A destruição da floresta é um dos fatores de que mais se falou durante os debates.
- c) A destruição da floresta é um dos fatores aos quais mais se aludiu durante os debates.
- d) A destruição da floresta é um dos fatores contra os quais mais se lutou.
- e) A destruição da floresta é um dos fatores de que mais se deve temer.

QUESTÃO 16

Assinale a alternativa correta tendo em vista a separação silábica das palavras.

- a) Trans-for-ma-ção, ex-or-bi-tan-te, in-ter-re-la-cio-nam. E
- b) Bi-sa-vô, in-ter-vei-o, su-bli-nhar. C
- c) P-to-se, ad-mo-es-tar, críp-ti-co. E
- d) Char-la-ta-nes-co, is-tmo, dif-te-ri-a. E
- e) Quar-tzo, vo-lu-ptu-oso, hep-tas-sí-la-bo. E

CONHECIMENTOS GERAIS ALAGOAS

QUESTÃO 17

Alagoas é uma das 27 unidades federativas do Brasil e está situada à leste da região Nordeste. Penúltimo Estado brasileiro em área, sendo maior apenas que o Estado de Sergipe, o Estado de Alagoas é formado por mesorregiões dentre as quais é INCORRETO afirmar:

- a) O Sertão é o mais povoado das mesorregiões, apresentando elevada densidade demográfica.
- b) No Sertão a economia se baseia na pecuária, se destacando a criação de animais.
- c) O Agreste é uma zona de transição, dedicando-se à pecuária leiteira, fruticultura na região de Palmeira dos Índios, e fumo em Arapiraca e arredores.
- d) O Agreste apresenta-se bastante povoado e com um bom número de indústrias.

- e) A Zona da Mata, apesar de populosa e industrializada, ainda depende das atividades primárias de produção de alimentos.

QUESTÃO 18

A agricultura alagoana participa, de forma considerável, da pauta de exportações do Estado. Dentre os produtos oriundos desse setor da economia, destacam-se:

- a) Fumos não-manufaturados, algodão e açúcar de cana.
- b) Açúcar de cana, milho e petróleo.
- c) Derivados de açúcar, fumos manufaturados e algodão.
- d) Sal-gema, álcoolquímica e milho.
- e) Derivados de cana e fumo não-manufaturados e côco.

QUESTÃO 19

A partir dos anos 60 do século XX, a economia alagoana beneficiou-se com os programas da SUDENE destinados à:

- a) Exploração do sal-gema.
- b) Industrialização do Sertão.
- c) Construção de canais fluviais.
- d) Transposição de águas do São Francisco
- e) Exploração do minério de ferro

QUESTÃO 20

A região do litoral norte que se estende de Maragogi a São Luiz de Quitunde, teve Porto Calvo como epicentro de sua localização. Em sua rica história, além das guerras com os nativos, há ocorrência dos movimentos sociais como, por exemplo:

- a) Calabaiada
- b) Cabanada
- c) Sabinada
- d) Balaiada
- e) Tenentismo

QUESTÃO 21

O Estado de Alagoas situa-se na porção centro-oriental do Nordeste brasileiro, localizando-se entre os paralelos 8° 48' 52" e 10° 30' 28", de latitude sul, e os meridianos 35° 09' 09" e 38° 14' 15", de longitude oeste. Tem como pontos extremos norte e oeste respectivamente:

- a) A foz do Rio Jacuípe e Pontal da Barra na foz do Rio São Francisco
- b) Represa de Moxotó e Serra das Guaribas
- c) Foz do Rio Jacuípe e Represa de Moxotó
- d) Curva do Rio Jacuípe e Represa de Moxotó
- e) Serra das Guaribas e Curva do Rio Jacuípe

QUESTÃO 22

As três cidades mais populosas de Alagoas são em ordem decrescente, de acordo com a estimativa do IBGE - 2014: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=270030&search=alagoas> acesso em 12/01/2015

- a) Maceió, Arapiraca e Palmeira dos Índios.
- b) Maceió, Arapiraca e São Miguel dos Campos
- c) Maceió, São Miguel dos Campos e Arapiraca
- d) Maceió, São Miguel dos Campos e Rio Largo
- e) Maceió, Arapiraca e Rio Largo

QUESTÃO 23

Alagoas apresenta forma triangular. Tem uma área de 27.774,993 km², da qual 82km² são de águas e formam lagunas e lagoas e uma população de 3.120.494 habitantes de acordo com os dados do censo IBGE-2010, com isso, apresenta uma densidade demográfica de aproximadamente: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=270030&search=alagoas> acesso em 12/01/2015

- a) 112,35
- b) 0,099
- c) 8,900
- d) 110,00
- e) 9,800

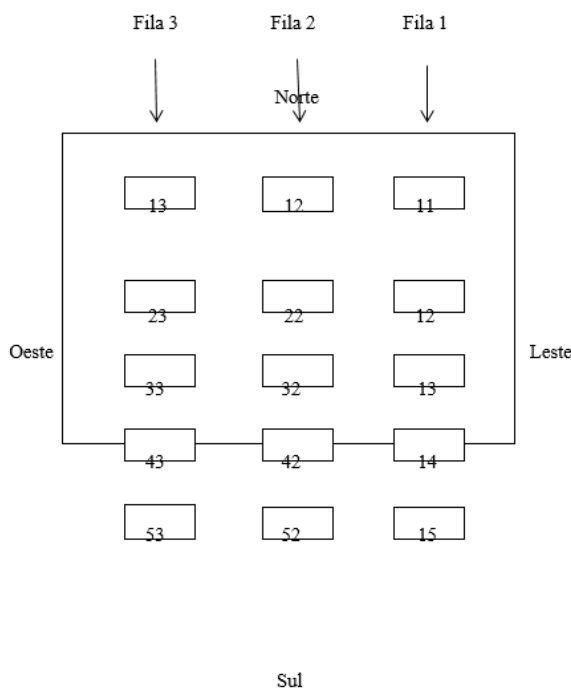
RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÃO 24

A figura mostra a localização das vagas de estacionamentos de um pequeno edifício de apartamentos que tem apenas algumas vagas ocupadas:

Sabe-se que:

- A vaga do carro A é a única ocupada na fila e localiza-se o mais ao norte possível;
- A vaga do carro B está na mesma fila onde se localiza a vaga do carro C e duas vagas os separam;
- A vaga do carro C se localiza na fila 2, na mesma posição da vaga do carro A;
- As vagas dos carros D e E se localizam na fila 3 em vagas não vizinhas e que não existem vagas ocupadas nas mesmas posições em outras filas;
- Na fila 2 existem apenas duas vagas ocupadas.



Se a vaga do carro E está a sudoeste da vaga do carro B, a vaga do carro D pode ser:

- a) 33 ou 53
- b) 23 ou 33
- c) 23 ou 43
- d) 13 ou 33
- e) 13 ou 43

QUESTÃO 25

Quantas vezes o algarismo 2 aparece de 1 a 300.

- a) 160
- b) 150
- c) 140
- d) 130
- e) 120

QUESTÃO 26

Se N o conjunto dos números naturais, Z o conjunto dos números inteiros e Q o conjunto dos números racionais a afirmativa INCORRETA é:

- a) $Z \subset Q$
- b) $0,333... \in Q$
- c) $1/2 \notin Z$
- d) $Q \supset N$
- e) $-1 \in N$

QUESTÃO 27

Em relação a um código de cinco letras, sabe-se que:

- 1. XSFYP e HMFP não têm letras em comum com ele;
- 2. QSFMP tem uma letra em comum, que está na posição correta;
- 3. QBSYP, DPOUP E TFOBM têm, cada um, duas letras comuns com o código, uma que se encontra na mesma posição, a outra não;
- 4. NUODB tem com ele três letras comuns, que se encontram nas mesmas posições com ele;
- 5. UJSPM tem uma letra em comum, que está na posição correta.

O código a que se refere o enunciado da questão é:

- a) QJODB
- b) NJFDJ
- c) QVODJ
- d) QJOBJ
- e) QBODJ

QUESTÃO 28

Uma urna contém 5 bolas brancas e 4 bolas vermelhas, todas do mesmo tamanho e feitas do mesmo material. Caso se retire 2 bolas sucessivamente da urna, sem reposição das bolas retiradas, a probabilidade de que sejam retiradas 2 bolas brancas é:

- a) Inferior a 0,1
- b) Superior a 0,1 e inferior a 0,2
- c) Superior a 0,2 e inferior a 0,3
- d) Superior a 0,3
- e) Superior a 0,4

QUESTÃO 29

Em uma sala com 200 pessoas, 90% são mulheres. Após algumas mulheres se retirarem, tendo permanecido todos os homens, eles passaram a representar 20% do grupo. A quantidade de mulheres que saíram da sala é igual a:

- a) 20
- b) 40
- c) 80
- d) 90
- e) 100

QUESTÃO 30

O menor número inteiro e positivo que deve ser adicionado ao número 2970 para que obtenha como resultado um número cuja soma dos seus dígitos seja igual a 2 é:

- a) 840

- b) 6871
- c) 6983
- d) 7030
- e) 8030

LEGISLAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO

QUESTÃO 31

Será classificada na Subclasse Residencial Baixa Renda a unidade consumidora que seja ocupada por:

- a) Família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único, com renda familiar mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo nacional é classificada.
- b) Família inscrita no Cadastro Único com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos.
- c) Família que receba qualquer benefício do Governo Federal.
- d) Portador de doença ou patologia cujo tratamento ou procedimento médico requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica.
- e) Portador de síndrome incapacitantes ao trabalho manual ou intelectual.

QUESTÃO 32

A modalidade tarifária horária azul e verde, em relação ao consumo de energia (MWh), é aplicada considerando-se:

- a) A atividade fim da unidade consumidora.
- b) O tempo e horário de ligação da iluminação pública, pois essa demanda deve ser rateada por todos do grupo.
- c) A carga instalada na unidade consumidora, sendo verde quando for igual ou superior a 75 kW e azul quando for abaixo.
- d) A época do ano (período seco úmido) e o horário do consumo.
- e) A tensão primária da unidade consumidora.

QUESTÃO 33

Considerando o caso da prática comprovada de procedimentos irregulares ou de deficiência de medição decorrente de aumento de carga à revelia, é CORRETO afirmar:

- a) No caso de medição agrupada, considera-se restrição, para apuração das diferenças não faturadas, a intervenção da distribuidora realizada em equipamento distinto daquele no qual se constatou a irregularidade.
- b) Comprovado, pela distribuidora ou pelo consumidor, que o início da irregularidade ocorreu em período não atribuível ao atual titular da unidade consumidora, a este deve ser atribuída toda as diferenças apuradas, mesmo em período fora da sua responsabilidade.
- c) O prazo máximo de cobrança retroativa é de 36 (trinta e seis) meses.
- d) Na impossibilidade de a distribuidora identificar o período de duração da irregularidade, o período de cobrança fica limitado a 12 (doze) ciclos, imediatamente anteriores à constatação da irregularidade.
- e) A retroatividade de aplicação da recuperação da receita perdida pela distribuidora fica restrita à última inspeção nos equipamentos de medição da distribuidora, sendo considerados o procedimento de leitura regular ou outros serviços comerciais e emergenciais.

QUESTÃO 34

A distribuidora deve aplicar o período de testes com duração de 3 (três) ciclos consecutivos e completos de faturamento, com o propósito de permitir ao consumidor a adequação da demanda contratada e a escolha da modalidade tarifária, na seguinte situação:

- Mudança para faturamento aplicável a unidades consumidoras do grupo A e modalidade tarifária horária azul.
- Acréscimo de demanda, quando maior que 5% (cinco por cento) da contratada.
- Ficar sem consumir a demanda contratada por dois meses consecutivos.
- Consumos maiores que 30 kW, para consumidores do grupo B.
- Quando constatado defasagem do fator de potência maior que 15% do valor permitido.

QUESTÃO 35

Em relação a aferição dos medidores, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A distribuidora pode agendar com o consumidor no momento da solicitação ou informar, com antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis.
- O consumidor pode, no prazo de 10 (dez) dias, contado a partir do recebimento da comunicação do resultado da distribuidora, solicitar posterior aferição do equipamento de medição pelo órgão metrológico.
- A distribuidora deve sempre assumir o custo de aferição dos medidores, não importando se constatado ou não problema no medidor.
- A distribuidora deve realizar, em até 30 (trinta) dias, a aferição dos medidores e demais equipamentos de medição, solicitada pelo consumidor.
- A aferição do equipamento de medição pode ser sempre realizada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, não estando outro órgão habilitado para tal aferição.

QUESTÃO 36

Das alternativas abaixo, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A distribuidora é responsável, além das obrigações que precedem o início do fornecimento, pela prestação de serviço adequado a todos os seus consumidores, assim como pelas informações necessárias à defesa de interesses individuais, coletivos ou difusos.
- Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência do fornecimento de energia elétrica.
- A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, assim como a melhoria e expansão do serviço.
- As alterações das normas e padrões técnicos da distribuidora devem ser comunicadas aos consumidores, fabricantes, distribuidores, comerciantes de materiais e equipamentos padronizados, técnicos em instalações elétricas e demais interessados, por meio de jornal de grande circulação.
- A implantação do sistema de equipamento automático de controle de carga deve ser precedida de apresentação de projeto técnico específico à distribuidora.

QUESTÃO 37

Em relação à responsabilidade do consumidor, é **INCORRETO** afirmar:

- É responsável pelos danos causados a pessoas ou bens, decorrentes de defeitos na sua unidade consumidora, em razão de má utilização e conservação das instalações ou do uso inadequado da energia;
- É responsável pelas adaptações na unidade consumidora, necessárias ao recebimento dos equipamentos de medição decorrentes de mudança de grupo tarifário, exercício de opção de faturamento ou fruição do desconto tarifário referido no art. 107;
- Não é responsável pelos danos causados aos equipamentos de medição ou ao sistema elétrico da distribuidora, já que esses devem ter dispositivos que os protejam de qualquer dano ocasionado por possível mau uso do consumidor.
- Não é responsável em promover, de forma permanente, ações de combate ao uso irregular da energia elétrica.
- É responsável por avisar a falta de energia em sua unidade ou em seu bairro através dos telefones de contato da distribuidora.

QUESTÃO 38

Das alternativas abaixo, assinale a **CORRETA**:

- Para os atendimentos comerciais não se considera a interrupção do serviço se ocorrer em dias não úteis ou quando o estabelecimento estiver fechado.
- O não cumprimento dos prazos regulamentares para os padrões de atendimento comercial obriga a distribuidora a calcular e efetuar crédito ao consumidor, em sua fatura de energia elétrica, em até dois meses após o mês de apuração.
- A distribuidora deve enviar mensalmente à ANEEL, até o quinto dia útil do mês de apuração subsequente, o extrato da apuração dos padrões dos indicadores comerciais de todas as unidades consumidoras.
- As reclamações recebidas pela distribuidora devem ser classificadas e registradas de acordo com o formulário próprio, sendo necessário o envio semanal desse relatório para a ANEEL.
- A contagem do prazo de solução da reclamação pode não ser suspensa quando houver previsão em regulamentação específica, devendo ser devidamente fundamentada e informada ao consumidor por escrito através de comunicado na conta de luz.

QUESTÃO 39

Quando constatado o fornecimento de energia elétrica a terceiros por aquele que não possua outorga federal para distribuição de energia elétrica, pode-se afirmar:

- A distribuidora deve interromper, de forma imediata, a interligação correspondente, ou, havendo impossibilidade técnica, suspender o fornecimento da unidade consumidora da qual provenha a interligação.
- Avisar por escrito o responsável da unidade consumidora e caso não seja desligada a interligação, suspender o fornecimento da unidade consumidora da qual provenha a interligação.
- O registrado do fornecimento de energia elétrica a terceiros por aquele que não possua outorga federal para distribuição de energia elétrica só pode ser realizado depois de uma perícia realizada por pessoa autorizada pela justiça.

- d) A distribuidora deve interromper, de forma imediata, a interligação correspondente, ou, havendo impossibilidade técnica, suspender o fornecimento da unidade consumidora da qual provenha a interligação e cobrar do responsável uma multa no valor de duas vezes o valor registrado nos 3 (três) meses anteriores.
- e) Desde que o medidor esteja registrando o valor total da demanda, deve-se avisar o responsável que terá o prazo de três meses para regularizar a situação.

QUESTÃO 40

Em relação aos prazos para restabelecer o fornecimento de energia, dentre as alternativas abaixo marque a **INCORRETA**:

- a) 24 (vinte e quatro) horas, para religação normal de unidade consumidora localizada em área urbana.
- b) 48 (quarenta e oito) horas, para religação normal de unidade consumidora localizada em área rural.
- c) 4 (quatro) horas, para religação de urgência de unidade consumidora localizada em área urbana.
- d) 8 (oito) horas, para religação de urgência de unidade consumidora localizada em área rural.
- e) 71 (setenta e duas) horas, para religação normal de unidade consumidora localizada além de 100 km do endereço da distribuidora.

DIREITO - CONCURSO CEAL

QUESTÃO 41

Conforme está expresso na CF/88, art. 103, o rol de legitimados à propositura de Ação de Inconstitucionalidade de lei são, dentre outros, exceto:

- a) Presidente da República; Mesa do Senado Federal; Governador de Estado ou do Distrito Federal; Procurador-Geral da República.
- b) Presidente da República; Mesa do Senado Federal; Partido Político com representação no Congresso Nacional; Confederação Sindical ou Entidade de Classe de âmbito nacional.
- c) Presidente da República; Procurador-Geral da República; Governador de Estado ou do Distrito Federal; Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.
- d) Presidente da República; Mesa da Câmara dos Deputados; Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- e) Mesa do Senado Federal; Procurador-Geral da República; Governador de Estado ou do Distrito Federal; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

QUESTÃO 42

Analise as assertivas abaixo e marque a alternativa correta:

- I- É possível efetuar o controle abstrato de constitucionalidade de Lei Orgânica Municipal e leis ou atos normativos em face da Constituição Federal, exceto a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, que deverá ocorrer através controle difuso.
- II- É possível efetuar o controle abstrato de constitucionalidade da Lei Orgânica Municipal e leis ou atos normativos em face da Constituição Estadual.
- III- É possível efetuar o controle abstrato de constitucionalidade leis ou atos normativos municipais em face da Lei Orgânica Municipal.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) As assertivas, I e II, estão corretas.
- c) Apenas a assertiva III está correta.
- d) Apenas a assertiva II está correta.
- e) As assertivas, II e III, estão corretas.

QUESTÃO 43

Tendo em vista que a Livre Concorrência é um dos princípios gerais da atividade econômica, devidamente insertos nos art. 170 e seguintes, da CF/88, podemos afirmar que:

- a) É uma manifestação da liberdade de iniciativa, e permite que várias empresas disputem o mercado, no intuito de coibir a imposição de preços e de produtos e a eliminação da concorrência.
- b) Prevê que a todos é assegurado o direito ao livre exercício de qualquer atividade econômica, desde que devidamente autorizados por órgãos públicos.
- c) Apesar de ser um princípio constante da CF 88, não se aplica ao Estado, já que as empresas públicas e sociedades de economia mista gozam de privilégios não extensíveis ao setor privado.
- d) Esse princípio se aplica a todas as empresas de pequeno e médio porte nacionais, inclusive as de capital exclusivamente estrangeiro.
- e) A livre Concorrência é absoluta, já que empresários são livres para tomar suas decisões de forma autônoma, não podendo, desta forma, o Estado interferir.

QUESTÃO 44

A propriedade é um direito individual que assegura ao seu proprietário uma série de poderes e faculdades como gozar, usar, reivindicar e dispor. Com o advento da Constituição de 1988, essas faculdades decorrentes do direito de propriedade não podem mais ser exercidas ilimitadamente, pois devem, também, observar sua utilidade pública e o interesse social. Quanto à função social da propriedade, assinale a alternativa correta:

- a) A propriedade urbana cumpre sua função social quando serve de moradia para seus proprietários.
- b) Ao proprietário de imóvel urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, não é permitida a cobrança de IPTU progressivo no tempo.
- c) Aquele que possuir como sua área urbana de até quatrocentos metros quadrados, por dez anos ininterruptamente, sem oposição, adquirir-lhe-á o domínio.
- d) A função social da propriedade insculpida nos art. 170 e 182, §2º, ambos da CF/88, é mitigada pelo Art. 1.228 do Código Civil de 2002.
- e) A função social à propriedade urbana tem por finalidade o desenvolvimento social e o bem-estar dos habitantes da cidade, inserida no contexto dos direitos e garantias individuais, sendo, portanto, cláusula pétrea e de efeito imediato.

QUESTÃO 45

O processo legislativo é um conjunto de fases e atos pré-ordenados, que visam à elaboração de leis no Ordenamento Jurídico. A respeito do Processo Legislativo, insculpido nos art. 59 e seguinte da CF/88, podemos afirmar:

- a) As medidas provisórias perderão a eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de noventa dias, prorrogável, uma vez por igual período.
- b) No caso das Leis Delegadas, o Congresso Nacional, por maioria simples, nas duas casas, aprovará Resolução para fixar o conteúdo e os termos da delegação, permitindo ao Presidente da República elaborar a lei delegada dentro desses parâmetros.

- c) As leis complementares tratam de matéria que a Constituição previu expressamente para serem abordadas por esse instituto e, portanto, tem a mesma hierarquia que as leis ordinárias.
- d) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de dois quintos, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- e) A iniciativa de leis ordinárias caberá, somente, aos membros da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e ao Presidente da República.

QUESTÃO 46

A prestação de serviços públicos é de responsabilidade do Poder Público, através de suas entidades estatais, mas pode, quando admissível, sua transferência a terceiros, sob o regime de concessão ou permissão, sempre por meio de licitação, conforme explicita o art. 175 da CF/88. Desta forma podemos afirmar:

- a) Concessão: é o ato de transferência da prestação do serviço público, feito pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, mediante licitação, na modalidade de pregão, a pessoa jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo indeterminado.
- b) Permissão: é o ato administrativo, unilateral, discricionário e precário, com prazo determinado, pelo qual o Poder Público transfere ao particular, mediante remuneração por taxa, paga pelos usuários, a responsabilidade pela prestação de determinado serviço público.
- c) As atividades meramente econômicas podem ser objeto de concessão, já que em regra, todos estão livres para explorá-las.
- d) A Permissão, por ser um ato unilateral, discricionário e precário da Administração Pública, pode ser revogada a qualquer tempo por critérios de conveniência e oportunidade.
- e) A Concessão, por ser um ato unilateral, discricionário e precário da Administração Pública, pode ser revogada a qualquer tempo por critérios de conveniência e oportunidade.

QUESTÃO 47

Conforme preceitua o art. 2º do Decreto-Lei 3.368 de 21/06/1941, quaisquer bens podem ser objeto de desapropriação, podendo a mesma recair em bens móveis e imóveis, corpóreos ou incorpóreos, consumíveis e inconsumíveis. Segundo José Cretella Junior, “a desapropriação constitui a mais profunda penetração do poder de polícia, no campo do direito privado. É o instrumento jurídico pelo qual o Estado se apodera do bem particular”. Sobre este instituto, assinale a alternativa correta:

- a) A desapropriação indireta se processa sem a observância do procedimento legal, sendo comparada ao esbulho e, por isso, pode ser obstada por meio de ação possessória.
- b) A desapropriação é o procedimento administrativo pelo qual o poder público, impõe ao proprietário a perda de um bem, mediante declaração de necessidade pública, sem justa indenização.
- c) Para fins de desapropriação, o interesse social existe quando a Administração está diante de situações de emergência e que para ser sanada é indispensável à incorporação de bens de terceiros ao seu domínio e uso.
- d) A utilidade pública se dá quando a desapropriação se destina a solucionar os chamados problemas sociais, ou seja, os atinentes aos trabalhadores, às classes pobres, enfim, pela atenuação das desigualdades sociais.

- e) A necessidade pública, para fins de desapropriação, ocorre quando a utilização da propriedade é conveniente e vantajosa ao interesse coletivo, mas não constitui um imperativo irremovível.

QUESTÃO 48

O Poder Público pode limitar o direito de propriedade assegurado ao particular, que devem se limitar ao fomento do bem estar social. Para tanto, o Estado dispõe de várias modalidades de restrições para lançar mão. Tendo em vista estas modalidades de restrições do Estado sobre a propriedade privada, marque a alternativa correta:

- a) A Ocupação Temporária se dá, por parte do Poder Público, pela utilização de imóvel particular para realização de obras ou serviços, sem direito a remuneração ao proprietário, sendo por tempo indeterminado.
- b) As Limitações Administrativas impõem obrigações de caráter geral, a proprietários determinados, em benefício do interesse geral por meio de obrigação de não fazer ou obrigação de fazer.
- c) O Tombamento é a declaração editada pelo Poder Público, configurando uma limitação perpétua ao direito de propriedade beneficiando a coletividade, atribuindo ao bem a característica de imodificabilidade, que pode ser acompanhada da inalienabilidade.
- d) A Servidão Administrativa se configura pela utilização do bem imóvel pelo Poder Público, através de remuneração ao proprietário, para possibilitar a realização de obras e serviços públicos, sendo que a posse do imóvel é transferida, temporariamente, para o Estado.
- e) A Requisição Administrativa é utilizada pelo Estado para garantir proceder a realização de obras não essenciais, e depende, para seu uso, de autorização do proprietário do imóvel.

QUESTÃO 49

Os atos administrativos são produzidos para desencadear efeitos no mundo jurídico, resguardando, adquirindo, modificando, transferindo e declarando direitos ou impondo obrigações. Esses atos, porém, não são eternos, eles se extinguem, desaparecendo do mundo jurídico. Quanto à extinção dos atos administrativos, é certo dizer:

- a) A Revogação implica na retirada do ato administrativo do mundo jurídico por razões de ilegalidade.
- b) A Cassação é a retirada do ato administrativo do mundo jurídico, tendo em vista o destinatário descumprir condições que deveriam permanecer atendidas a fim de poder continuar desfrutando da situação jurídica.
- c) A Invalidação implica na retirada do ato administrativo por razões de oportunidade e conveniência.
- d) A Renúncia extingue os efeitos do ato porque nova norma entrou em vigor e seus efeitos são contrários ao ato.
- e) A Caducidade opera quando um ato fundado em uma determinada consequência extingue outro ato anterior, com fundamento diverso. Tendo assim a extinção de um ato por oposição a nova.

QUESTÃO 50

A Licitação é obrigatória, para contratos de obras, serviços, compras e alienações, bem como para concessão e permissão de serviços públicos, a todos os órgãos da Administração Pública direta, autarquias, fundações públicas,

empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme art. 1º, parágrafo único da Lei 8.666/93 e art. 37, XXI e 175 ambos da CF/88. Sobre licitações, podemos afirmar que:

- a) A Tomada de Preços é realizada entre interessados previamente cadastrados, e é obrigatória para obras cujo valor seja superior a um milhão e quinhentos mil reais.
- b) O Procedimento da Concorrência, por ser uma modalidade célere, compreende somente as seguintes fases: habilitação, adjudicação e homologação.
- c) A Adjudicação é o ato pelo qual a Administração, através de ato discricionário, aprova o procedimento licitatório.
- d) Conforme explicita o art. 49 da Lei 8.666/93, a Revogação é prevista tendo em vista ilegalidades no procedimento licitatório, podendo ser de ofício ou por provocação de terceiros.
- e) A Inexigibilidade de licitação se configura quando não há a possibilidade de competição, porque só existe um objeto ou uma pessoa que atenda às necessidades da Administração, se tornando, portanto, a licitação inviável.

QUESTÃO 51

Analise as assertivas e assinale a resposta correta.

As obras e serviços somente poderão ser licitados quando:

- I- Houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório.
 - II- Existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição dos custos que mais impactam o valor final da licitação.
 - III- Houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma.
- a) Apenas a assertiva III está correta.
 - b) Apenas a assertiva I está correta.
 - c) As assertivas, I e III, estão corretas.
 - d) Apenas a assertiva II está correta.
 - e) As assertivas, II e III, estão corretas.

QUESTÃO 52

A Tomada de Preços, uma das modalidades especiais de licitação, se caracteriza por:

- a) Os interessados devem estar devidamente cadastrados ou que atendam a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- b) Nos casos em que couber convite, a tomada de preços não poderá ser utilizada, mas em qualquer caso poderá utilizar a concorrência.
- c) É permitida a utilização de tomada de preços para parcelas de uma mesma obra ou serviços, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjuntamente.
- d) Para a tomada de preços é imprescindível a habilitação preliminar, já que esta integra a fase interna da licitação.
- e) A tomada de preços será cabível quando o valor de obras e serviços não ultrapasse o valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

QUESTÃO 53

Quanto à modalidade de licitação "Convite", podemos afirmar:

- a) O convidado a participar da licitação na modalidade Convite, deve estar previamente cadastrado junto à Administração Pública.
- b) Essa modalidade é cabível para objetos contratuais de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).
- c) Nesta modalidade, não é permitida a participação daqueles que não receberam a carta-convite.
- d) Aplicar-se-á a essa modalidade licitatória, no que couber, o rito comum para fins de processo de julgamento das propostas.
- e) Mesmo se tratando de modalidade de licitação de menor complexidade, a publicação do instrumento convocatório na imprensa oficial se faz necessária.

QUESTÃO 54

Com relação à contratação direta e a dispensa de licitação, podemos afirmar, com exceção:

- a) É dispensável a licitação para obras e serviços de engenharia de valor até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.
- b) É inexigível a licitação na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo normas da legislação específica.
- c) É dispensável a licitação quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- d) É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial, para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- e) A licitação é inexigível em se tratando de contratação de pareceres, perícias e avaliações em geral, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

QUESTÃO 55

O Código Civil de 2002 define, em seu art. 185, que o ato jurídico é todo o ato lícito que tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos. Sobre este instituto, analise as assertivas abaixo e assinale a opção correta:

- IV- O chamado *Error in corpore* diz respeito à própria natureza do ato, ou seja, incide sobre a própria essência ou substância do negócio. Ex.: o contrato é de compra e venda, mas o adquirente imagina ser de doação.
- V- O chamado *Error in substantia* é aquele que recai sobre a identidade do objeto principal da relação jurídica negocial. Ex.: uma pessoa pensa estar comprando uma moto, mas na verdade compra uma bicicleta.
- VI- O Erro accidental em tese não é capaz de viciar o consentimento do indivíduo, já que recai apenas sobre as qualidades acessórias do objeto, bem

como sobre sua medida, peso ou quantidade, desde que não importe em prejuízo real ao indivíduo.

- a) Todas as assertivas estão incorretas.
- b) As assertivas, I e III, estão corretas.
- c) Apenas a assertiva III está correta.
- d) Apenas a assertiva I está correta.
- e) As assertivas, I e II, estão corretas.

QUESTÃO 56

Segundo o Código Civil Brasileiro a Prescrição é a extinção da pretensão do direito material pelo seu não exercício, dentro do prazo legal. Sobre a prescrição, assinale a opção correta:

- a) A prescrição ocorre em cinco anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- b) Prescreve em três anos, a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se venceram.
- c) Prescreve em cinco anos, a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.
- d) Prescreve em quatro anos, a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.
- e) Prescreve em cinco anos, a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.

QUESTÃO 57

O Código Civil Brasileiro, em seu Livro I da Parte Especial, trata do Direito das Obrigações. Com relação este assunto, analise as questões abaixo e assinale a resposta incorreta:

- a) A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
- b) Na obrigação de dar coisa incerta, antes da escolha, poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, se for por força maior ou caso fortuito.
- c) Nas obrigações alternativas, quando a obrigação for de prestações periódicas, a faculdade de opção poderá ser exercida em cada período.
- d) Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda.
- e) O pagamento parcial feito por um dos devedores e a remissão por ele obtida não aproveitam aos outros devedores, senão até a concorrência da quantia paga ou relevada.

QUESTÃO 58

Sobre conexão e continência, devidamente expressas nos art. 102 a 106 do Código Civil de 2002, podemos afirmar:

- a) Reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum, ao mesmo tempo, o objeto, as partes e a causa de pedir.
- b) Dá-se a continência entre duas ações sempre que lhes for comum as partes e o objeto, mas a causa de pedir é diferente.
- c) Havendo conexão ou continência, o juiz, de ofício, independente de requerimento das partes, deverá ordenar a reunião das ações.
- d) Correndo em separado ações conexas perante juízes que têm a mesma competência territorial, considera-se prevento aquele que despachou em primeiro lugar.
- e) A competência não poderá ser modificada pela conexão ou continência se for, em razão do território.

QUESTÃO 59

Ao conjunto de pessoas que participam de uma só ação, em que há pluralidade de partes entre si adversas, empenhadas na defesa cumulativa de interesses comuns, se dá o nome de Litisconsórcio. Assinale a opção incorreta:

- a) Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo e a intimação de um litisconsorte aproveita a todos os outros.
- b) Há litisconsórcio necessário, quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.
- c) Salvo disposição em contrário, os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos; os atos e as omissões de um não prejudicarão nem beneficiarão os outros.
- d) O juiz ordenará ao autor que promova a citação de todos os litisconsortes necessários, dentro do prazo que assinar, sob pena de declarar extinto o processo.
- e) O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa. O pedido de limitação interrompe o prazo para resposta, que recomeça da intimação da decisão.

QUESTÃO 60

A denunciação a lide é o ato de chamar o denunciado, que tem um vínculo de direito com o denunciante, para fins de resguardar a garantia do negócio jurídico. Assinale a opção correta:

- a) A denunciação a lide é obrigatória ao possuidor indireto quando, na ação em que terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de essa possa exercer o direito que da evicção lhe resulta.
- b) A sentença, que julgar procedente a ação, declarará, conforme o caso, o direito do evicto, sem responsabilidade por perdas e danos, valendo como título executivo.
- c) A citação do alienante, do proprietário, do possuidor ou do responsável pela indenização far-se-á dentro de 10 (dez) dias, quando residir na mesma comarca.
- d) Feita a denunciação pelo autor, o denunciado, comparecendo, assumirá a posição de litisconsorte do denunciante, mas não poderá aditar a inicial, procedendo-se em seguida à citação do réu.
- e) A denunciação a lide é obrigatória àquele que estiver desobrigado, por lei ou por contrato, a indenizar o prejuízo, do que perder a demanda.

QUESTÃO 61

A Improbidade Administrativa se caracteriza pela conduta inadequada de agentes públicos, ou particulares envolvidos por meio da função pública, que obtenham vantagem econômica, causem dano ao patrimônio público ou violem os princípios da administração pública como honestidade, imparcialidade, lealdade e legalidade. Sobre a Ação de Improbidade Administrativa, podemos dizer, exceto:

- a) A sentença que julgar procedente a ação civil de reparação de dano ou decretar a perda dos bens havidos ilícitamente determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito.

- b) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se aplicam após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- c) As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas da Lei de Improbidade Administrativa, podem ser propostas em até cinco anos após o término do exercício do mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- d) A ação principal, que terá o rito ordinário, será processada pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar, sendo permitida a transação, acordo ou conciliação.
- e) Independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, a aplicação de sanções prevista da Lei de Improbidade Administrativa, salvo quanto à pena de ressarcimento.

QUESTÃO 62

Enquanto a sentença ainda estiver sujeita a recursos, ela não é capaz de produzir seus regulares efeitos. A coisa julgada está, pois, ligada a idéia de encerramento do processo e a imutabilidade da sentença proferida. Sobre a sentença e a coisa julgada formal e material, assinale a opção correta:

- a) É permitido ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.
- b) Denomina-se coisa julgada formal a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.
- c) Passado em julgado a sentença de mérito, reputar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas, que a parte poderia opor assim ao acolhimento como à rejeição do pedido.
- d) Publicada a sentença, o juiz poderá alterá-la, de ofício ou a requerimento da parte, para corrigir inexatidões formais e materiais, ou lhe retificar erros de cálculo.
- e) Faz coisa julgada a apreciação da questão prejudicial, decidida incidentemente no processo.

QUESTÃO 63

O Código de Defesa do Consumidor trata a responsabilidade pelo fato do produto e do serviço de forma diferenciada, tendo em vista se tratar de um acidente de consumo que acaba por colocar em risco a saúde, a integridade física e a moral do consumidor, buscando, por sua vulnerabilidade, dar-lhe uma maior proteção. A respeito desse assunto, assinale a opção correta:

- a) O fornecedor de serviços responde independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.
- b) O fornecedor de serviços será responsabilizado pelo dano causado, ainda que prove a culpa exclusiva do consumidor ou do terceiro.
- c) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada somente mediante a existência de dolo.
- d) O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar não se levando em consideração as circunstâncias relevantes, como o modo de seu fornecimento.
- e) O produto pode ser considerado defeituoso, pelo fato de outro melhor ter sido colocado no mercado em um período curto de tempo.

QUESTÃO 64

Com relação à decadência e prescrição no Código de Defesa do Consumidor, assinale a opção incorreta:

- a) Tratando-se de fornecimento de serviços e de produtos duráveis, o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em noventa dias.
- b) A contagem do prazo decadencial se inicia a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.
- c) A instauração de inquérito civil obsta a decadência, até seu encerramento.
- d) Em caso de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito.
- e) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em sessenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.

QUESTÃO 65

O Decreto nº 3.708 de 10 de janeiro de 1919 regula a constituição de sociedades por quotas, de responsabilidade limitada. Limitada é a responsabilidade do sócio, e não da sociedade. Cada sócio responde solidariamente pela integralização de todas as cotas sociais. Existem algumas exceções à limitação da responsabilidade. Com base no texto e no Decreto 3708/19, assinale a opção incorreta.

- a) Nos débitos da dívida pública ativa, por força do art. 135 do CTN, os sócios administradores respondem com seu patrimônio particular, em caso de inadimplemento da sociedade.
- b) As sociedades por quotas, de responsabilidade limitada, não responderão pelos compromissos assumidos pelos gerentes, ainda que sem o uso da firma social, se forem tais compromissos contraídos em seu nome ou proveito, nos limites dos poderes da gerência.
- c) Os sócios respondem solidariamente pelas dívidas da pessoa jurídica empresária perante o INSS.
- d) Todos os sócios respondem com seu patrimônio pessoal se a sociedade limitada cessa as atividades sem prévia e legal dissolução, remanescendo débito tributário.
- e) Em caso de falência, todos os sócios respondem solidariamente pela parte que faltar para preencher o pagamento das quotas não inteiramente liberadas.

QUESTÃO 66

O contrato de mútuo encontra-se disciplinado no Código Civil de 2002, em seus art. 586 a 592, e consiste no empréstimo de coisa fungível e consumível ao mutuário, que deverá restituir ao mutuante coisa do mesmo gênero, quantidade e qualidade. Por meio do contrato de mútuo se transfere o domínio da coisa emprestada ao mutuário, o qual se torna responsável por todos os riscos após a tradição. Assinale a resposta correta a este respeito.

- a) Se o mútuo for a dinheiro, e não se tendo convencionado expressamente o seu prazo, este será de pelo menos sessenta dias.
- b) O mútuo feito a pessoa menor, sem prévia autorização daquele sob cuja guarda estiver não pode ser reavido nem do mutuário, nem de seus fiadores.
- c) Destinando-se o mútuo a fins econômicos, presumem-se devidos juros, mas não é permitida a capitalização anual.
- d) O mútuo bancário não pode operar com juros acima do permitido por lei sob pena de ser tipificado como crime contra a economia popular.

- e) O mútuo não é considerado um contrato real, já que somente se aperfeiçoa com a entrega da coisa mutuada, sem a qual não se constitui o vínculo contratual.

QUESTÃO 67

A cessação do contrato de trabalho é a terminação do vínculo de emprego, com a extinção das obrigações para os contratantes. Com relação a esse tema, assinale a resposta correta.

- a) A indenização devida pela rescisão de contrato por prazo indeterminado será de 1 (um) mês de remuneração por ano de serviço efetivo, ou por ano e fração igual ou superior a 5 (cinco) meses.
- b) A desídia no desempenho das respectivas funções, não constitui justa causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador.
- c) O empregado, mesmo quando tratado pelo empregador ou seus superiores hierárquicos com rigor excessivo, não poderá considerar rescindido o contrato de trabalho e não poderá pleitear a devida indenização.
- d) É assegurado a todo empregado, não existindo prazo estipulado para o término do respectivo contrato, e o empregado não haja dado motivo para a cessação das relações de trabalho, o direito de receber do empregador uma indenização, a ser paga com base na maior remuneração que haja percebido na mesma empresa.
- e) O empregado não poderá suspender a prestação dos serviços ou rescindir o contrato, quando tiver de desempenhar obrigações legais, mesmo incompatíveis com a continuação dos serviços.

QUESTÃO 68

Considera-se trabalho temporário o serviço prestado por pessoa física a uma determinada empresa, para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal, regular e permanente, ou motivo de acréscimo extraordinário de serviços. Sobre o tema, analise as assertivas abaixo e assinale a opção correta.

- I- É permitida, às empresas de prestação de serviço temporário, a contratação de estrangeiros com visto provisório de permanência no país.
- II- No contrato temporário, não há a obrigação do registro na carteira de trabalho do trabalhador.
- III- É assegurado ao trabalhador temporário, dentre outros, jornada de oito horas, repouso semanal remunerado, adicional por trabalho noturno e seguro contra acidentes de trabalho.
- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) As assertivas, I e II, estão corretas.
- c) Apenas a assertiva III está correta.
- d) Apenas a assertiva II está correta.
- e) Apenas a assertiva I está correta.

QUESTÃO 69

Em relação à proteção do trabalho da mulher, assegurado pela CLT em seus artigos 372 a 401, analise as assertivas abaixo e assinale a opção correta.

- I- Ressalvadas as disposições legais destinadas a corrigir as distorções que afetam o acesso da mulher ao mercado de trabalho e certas especificidades estabelecidas nos acordos trabalhistas é vedado publicar ou fazer publicar anúncio de emprego no qual haja referência ao sexo, à idade, à cor ou situação familiar, salvo quando a natureza da

atividade a ser exercida, pública ou notoriamente, assim o exigir.

- II- É proibida a mulher o deslocamento de peso, quando utilizada apenas energia muscular, sendo superior a vinte quilos em se tratando de serviço contínuo; e vinte e cinco quilos quando se tratar de serviço ocasional.
- III- Toda empresa é obriga a instalar bebedouros, lavatórios, aparelhos sanitários; dispor de cadeiras ou bancos, em número suficiente, que permitam às mulheres trabalhar sem grande esgotamento físico.
- a) Todas as assertivas estão incorretas.
- b) Todas as assertivas estão corretas.
- c) Apenas a assertiva I está correta.
- d) Apenas a assertiva II está correta.
- e) Apenas a assertiva III está correta.

QUESTÃO 70

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, assinale a opção incorreta.

- a) As despesas com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, no caso dos Estados, em 60% (sessenta por cento).
- b) É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.
- c) A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no §2º do art. 165 da Constituição e disporá também sobre equilíbrio entre receitas e despesas.
- d) A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.
- e) Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a quatro exercícios.

